



Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionista, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras Resumidas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Aviso: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em sua íntegra, acompanhadas do relatório do auditor independente e o relatório de administração, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://estadaor.estadao.com.br/>; b) <https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/>; e c) www.gov.br/cvm/pt-br.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Controladora				Consolidado			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.682	58.930	808.247	555.331			
Contas a receber	7	54.572	55.665	204.074	191.012			
Tributos a recuperar	8	2.107	464	19.396	12.594			
Outros créditos	9	114.325	60.666	44.279	88.582			
Total do ativo circulante		216.686	175.725	1.075.996	847.519			
Não circulante								
Contas a receber	7	5.812	3.470	56.998	28.692			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	18	400.760	20.330	-	-			
Depósitos judiciais	20	10.325	10.371	19.375	24.933			
Tributos a recuperar	8	-	-	2.192	-			
Outros créditos	9	203	1.339	40.785	27.425			
Tributos diferidos	26	-	-	120.251	114.345			
Investimentos	10	1.934.144	1.322.514	44	146			
Imobilizado	11	110.590	112.854	581.125	585.068			
Direito de uso	15	265.834	299.438	907.740	1.002.601			
Intangível	12	50.679	45.629	1.926.105	1.938.758			
Total do ativo não circulante		2.778.347	1.815.945	3.654.615	3.721.968			
Total do ativo		2.995.033	1.991.670	4.730.611	4.569.487			
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	13	64.457	41.795	120.150	80.765			
Obrigações com partes relacionadas	18	1.543	1.466	3.905	3.421			
Obrigações trabalhistas	16	59.048	47.391	141.263	121.815			
Obrigações tributárias	17	18.737	16.183	72.781	63.221			
Adiantamentos de clientes	19	14.644	13.767	63.215	72.805			
Passivo de arrendamento	15	44.483	39.053	149.215	128.610			
Debêntures	14	20.232	-	129.437	172.311			
Obrigações por aquisição de participações societárias	21	-	-	17.192	260.887			
Receita diferida	22	-	-	722	722			
Outras contas a pagar		1.783	1.384	7.557	7.605			
Total do passivo circulante		224.927	161.039	705.437	912.162			
Não circulante								
Passivo de arrendamento	15	313.978	348.197	1.001.390	1.098.008			
Obrigações tributárias	17	-	-	91.082	105.625			
Obrigações trabalhistas	16	6.049	3.159	6.049	3.159			
Debêntures	14	850.000	-	1.235.078	851.097			
Obrigações por aquisição de participações societárias	21	-	-	31.891	45.078			
Tributos diferidos	26	-	-	17	14.897			
Provisão para demandas judiciais	20	9.424	7.981	59.742	56.291			
Receita diferida	22	-	-	7.341	8.063			
Outras contas a pagar		-	488	1.946	4.318			
Total do passivo não circulante		1.179.451	359.842	2.434.519	2.186.536			
Total do passivo e patrimônio líquido		2.995.033	1.991.670	4.730.611	4.569.487			
Patrimônio líquido								
Capital social	23	1.203.576	1.203.576	1.203.576	1.203.576			
Reserva de capital	23	102.993	102.993	102.993	102.993			
Reservas de lucros	23	284.086	164.220	284.086	164.220			
Total do patrimônio líquido		1.590.655	1.470.789	1.590.655	1.470.789			
Total do passivo e patrimônio líquido		2.995.033	1.991.670	4.730.611	4.569.487			

Demonstração do Resultado	Controladora				Consolidado			
	Notas	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Receita líquida	27	742.514	669.949	2.836.184	2.568.352			
Custo dos serviços prestados	28	(382.891)	(363.642)	(1.391.488)	(1.317.230)			
Lucro bruto		359.623	306.307	1.444.696	1.251.122			
(Despesas) e receitas operacionais:								
Despesas gerais, administrativas e comerciais	28	(504.539)	(427.536)	(866.234)	(812.962)			
Resultado de equivalência patrimonial	10	527.331	320.403	-	-			
Outras receitas, líquidas	28	1.765	3.412	32.763	31.755			
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		384.180	202.586	611.225	469.915			
Receitas financeiras	29.1	12.815	8.041	113.961	75.896			
Despesas financeiras	29.2	(100.146)	(66.323)	(438.167)	(399.091)			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		296.849	144.304	287.019	146.720			
Imposto de renda e contribuição social	26	-	(36)	(10.956)	(13.288)			
Corrente	26	17	38	20.803	10.874			
Diferido		-	-	-	-			
Lucro líquido do exercício		296.866	144.306	296.866	144.306			
Média ponderada das ações no exercício	24	364.542.552	364.542.552					
Lucro básico e diluído por ações em reais		0,8144	0,3959					
Demonstração do Resultado Abrangente								
		2025	2024	2025	2024			
Lucro líquido do exercício		296.866	144.306	296.866	144.306			
Total do resultado abrangente do exercício		296.866	144.306	296.866	144.306			

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Resultado de equivalência patrimonial

Depreciação e amortização

Depreciação do direito de uso

Amortização do custo de captação

Juros incorridos sobre aquisição de controladas

Juros de debêntures

Juros sobre passivo de arrendamento

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Provisão para demanda judicial

Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Baixa de imobilizado e intangível

Receita diferida sobre venda de imóvel

Baixa por descontinuidade de arrendamento

Baixa de acervo

Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa

Decréscimo (acréscimo) em ativos

Contas a receber

Depósitos judiciais

Tributos a recuperar

Outros créditos

(Decréscimo) acréscimo em passivos

Fornecedores

Obrigações trabalhistas

Obrigações tributárias

Obrigações com partes relacionadas

Adiantamentos de clientes

Outras contas a pagar

Imposto de renda e contribuição social pagos

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Dividendos recebidos de controladas

Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias

Recebimento pela venda de controlada

Aquisição Fapi, líquido de caixa adquirido

Adiantamentos para futuro aumento de capital

Aquisição de imobilizado

Aquisição de intangível

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Dividendos pagos

Captação de debêntures

Custo de repetimento de debêntures

Pagamento de debêntures principal

Pagamento de debêntures juros

Pagamento de arrendamento

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

Acréscimo (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício

No fim do exercício

Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Notas	Reserva de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	
	Capital social	Emissão de ações	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.203.576	102.993	102.993	45.432	34.482	79.914	144.306	1.386.483
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	144.306	144.306
Destinação do resultado do exercício								
Constituição da reserva legal	23.2	-	-	-	7.215	7.215	(7.215)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.4	-	-	-	-	-	(34.273)	(34.273)
Dividendos adicionais pagos	23.4	-	-	-	-	-	(25.727)	(25.727)
Dividendos adicionais propostos		-	-	77.000	-	77.000	(77.000)	-
Retenção de lucros	23.3	-	-	91	-	91	(91)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.203.576	102.993	102.993	122.523	41.697	164.220	296.866	1.470.789
Lucro líquido do exercício							296.866	296.866
Dividendos pagos	23.4	-	-	(77.000)	-	(77.000)	(77.000)	(77.000)
Destinação do resultado do exercício								
Constituição da reserva legal	23.2	-	-	-	14.843	14.843	(14.843)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23.4	-	-	-	-	-	(70.506)	(70.506)
Dividendos adicionais pagos	23.4	-	-	-	-	-	(29.494)	(29.494)
Dividendos adicionais propostos		-	-	77.000	-	77.000	(77.000)	-
Retenção de lucros	23.3	-	-	105.023	-	105.023	(105.023)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.203.576	102.993	102.993	227.546	56.540	284.086	296.866	1.590.655

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Informações gerais: 1.1. **Contexto operacional:** A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. ("Cruzeiro do Sul Educacional" ou "Companhia"), com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cubatão, 320 - Vila Mariana, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código CSED3, onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação básica, educação profissional de nível médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma telepresencial à distância; a prestação de serviços relativos a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação. Em 31 de dezembro de 2025, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com dezesseis instituições de ensino superior, sendo universidades, centros universitários e faculdades, quatro colégios, uma holding e uma empresa patrimonial, conforme abaixo: • Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo - SP; • Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo - SP; • Universidade de Franca, Franca - SP; • Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba - SP; • Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília - DF; • Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu - SP; • Faculdade São Sebastião, São Sebastião - SP; • Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba - SP; • Sociedade Educacional Santa Rita - RS; • CESUCA - Complexo de Ensino Sup. de Cachoeirinha - RS; • Sociedade Educacional São Bento - RS; • Sociedade Educacional Santa Tereza - RS; • Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo - SP; • Colégio Alto Padrão, Franca - SP; • Colégio Itu, Itu - SP; • Colégio Salto, Salto - SP; • Grupo Veritas - RS; • Grupo Unipê - PB; • Sociedade Educacional Braz Cubas, Mogi das Cruzes - SP; • Centro de Estudos Superiores Positivo, Curitiba - PR; • Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas, Londrina - PR; • FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais -

* continuação

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. IFRS 19 "Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações". Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis as empresas em geral e não apenas a instituições financeiras, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"). As alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **1.7. Reforma tributária sobre o consumo:** Em razão da aprovação da Reforma Tributária, cuja implementação ocorrerá de forma gradual a partir de janeiro de 2026, a Companhia estruturou um Comitê Interno de Reforma Tributária, com o objetivo de coordenar, avaliar e conduzir as iniciativas relacionadas às mudanças introduzidas pelo novo modelo de tributação sobre o consumo. Com o propósito de assegurar a adequada interpretação das normas e o planejamento das adaptações necessárias ao longo de todo o período de transição, que se estende até 2032, a Companhia contratou consultorias tributárias especializadas, bem como uma consultoria dedicada ao mapeamento e à revisão dos processos operacionais e fiscais. Esses trabalhos têm como finalidade identificar impactos, riscos, oportunidades e ações prioritárias para garantir a conformidade com as novas regras, além de subsidiar a tomada de decisões estratégicas. A Companhia encontra-se em processo de avaliação e implementação das adequações necessárias para o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Reforma Tributária aplicáveis ao período de transição e, nesse contexto, vem monitorando de forma contínua as necessidades de adaptações sistêmicas e operacionais, com vistas a assegurar a regularidade e a conformidade de suas operações ao longo dos próximos períodos de transição (2026 - 2032), incluindo ajustes em sistemas ERP, revisões cadastrais, parametrizações fiscais e adequações nos fluxos de documentação; adicionalmente, a Administração continuará acompanhando a publicação de regulamentações complementares e os desdobramentos relacionados à implementação da Reforma Tributária, promovendo, conforme necessário, a atualização de seus processos, sistemas e controles internos. **1.8. Vazamento de dados:** Em outubro de 2025, a Companhia identificou um possível acesso indevido a dados sob sua responsabilidade. Imediatamente após a identificação, foram adotadas medidas técnicas e administrativas para apuração, bem como comunicação de incidente à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados). Por fim, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados impactos financeiros materiais decorrentes do incidente, tampouco ações judiciais ou administrativas com potencial de perda mensurável. A Administração mantém monitoramento contínuo da situação e tomará as devidas ações, caso surjam novos fatos e circunstâncias que requeiram outras medidas aplicáveis. **2. Avaliação das informações por segmento:** Em função da

concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia apresentados como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia apresentados como segmentos independentes e avaliados de forma integrada. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização ou as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável

futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

5. Destinação do lucro líquido:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	296.866	144.306
Apropriação para reserva legal (Art. 193 da Lei nº 6.404)	(14.843)	(7.215)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(70.506)	(34.273)
Dividendos adicionais	(29.494)	(25.727)
Dividendos adicionais propostos	(77.000)	(77.000)
Destinação para reserva de retenção de lucros	(105.023)	(91)

Diretoria

Renato Padovese - Diretor Presidente
Luís Felipe Bresaola - Diretor de Relação com Investidores
Felipe Coragem Negrão - Diretor Financeiro e Administrativo

Contadora

Solange Marcos - CRC 1SP244763/O-0

Conselho de Administração

Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente

Fábio Ferreira Figueiredo - Membro
Fernando Padovese - Membro
Patricia Ferreira Figueiredo - Membro
Cristiane Almeida de Souza Cê - Membro

Renato Padovese - Membro
Carlos Alberto Nogueira Pires da Silva - Membro Independente
Renato Russo - Membro Independente
Silvio José Genesini Junior - Membro Independente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://estadaori.estadao.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de março de 2026, sem modificações.

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS
ONDE INVESTIDORES E DECISORES
BUSCAM REFERÊNCIA.

O Estadão conecta sua empresa ao
olhar qualificado do mercado.

Publique seus balanços e atos
societários com segurança institucional.

ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma
de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

